

**Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 1 posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a carreira e categoria de técnico superior, na área da Gestão Financeira, Contabilidade e Patrimonial (m/f).**

Temas, legislação e bibliografia para a prova de conhecimentos

**I. Temas**

- Regime jurídico das autarquias locais;
- Estatuto dos eleitos locais;
- Reorganização administrativa da cidade de Lisboa;
- Regime Financeiro e Contabilístico das Autarquias Locais;
- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas;
- O novo Código do Procedimento Administrativo;
- Contratação Pública.

**II. Legislação**

- Constituição da República Portuguesa;
- Carta Deontológica do Serviço Público (aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93, 17 de março);
- Código do Procedimento Administrativo (aprovado pelo Decreto -Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro);
- Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual);
- Reorganização Administrativa de Lisboa (Lei n.º 56/2012, de 08 de novembro, na sua redação atual);
- Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual (aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,);

- Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho, na sua atual redação);
- Quadro de Competências e Regime Jurídico dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias (Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual);
- Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual (aprovado Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais - POCAL, na sua redação atual (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro);
- Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas - SNC-AP (aprovado pelo Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro);
- Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pela Portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto;
- Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual);
- Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual);
- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso das entidades Públicas, na sua redação atual (Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro);
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação em atual;
- Lei do Orçamento do Estado para 2017 (Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro);
- Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na sua redação atual.

### **III. Bibliografia**

- Gonçalves, Fernandes, e outros, (2016), Novo Código do Procedimento Administrativo - Anotado e Comentado, Almedina, Coimbra;
- Gomes, Carla Amado, e outros (2015), Comentários ao Novo Código do Procedimento Administrativo - 2ª Edição, A.A.F.D. Lisboa, Lisboa;
- Rodrigues, António José (2015), Autarquias Locais, Coleção Legislação Anotada, Almedina, Coimbra;
- Vários autores (2014), Autarquias Locais: Novo Regime, Livraria Petrony, Lisboa.